



## IX CONGRESSO PORTUGUÊS DE SOCIOLOGIA

### Portugal, território de territórios

---

---

ÁREA TEMÁTICA: Migrações, Etnicidade e Racismo [AT]

---

---

#### **ENTRE A INSERÇÃO E A EXCLUSÃO: A IDENTIDADE ÉTNICA DE IMIGRANTES DOS PALOP**

---

SILVA, Manuel Carlos

Doutorado, Centro Interdisciplinar de Ciências Sociais (CICS.Nova, Pólo UMinho),  
[mcsilva2008@gmail.com](mailto:mcsilva2008@gmail.com)

---

DUARTE, Vera

Doutorada, ISMAI e Centro Interdisciplinar de Ciências Sociais (CICS.Nova, Pólo UMinho),  
[vduarte@ismai.pt](mailto:vduarte@ismai.pt)

---

KHAN, Sheila

Doutorada, Centro Interdisciplinar de Ciências Sociais (CICS.Nova, Pólo UMinho),  
[sheilakhan31@gmail.com](mailto:sheilakhan31@gmail.com)



#### Resumo

Este texto apresenta alguns resultados de um projeto de investigação coordenado pelo primeiro autor, no qual participaram as duas co-autoras, sobre relações interétnicas no distrito de Braga entre maioria autóctone e minorias étnicas, das quais se destacam imigrantes africanos dos PALOP. Com efeito, após uma breve caracterização sociodemográfica de diversos grupos étnicos africanos em Braga com base num inquérito e entrevistas semi-estruturadas, faz-se uma análise desta população desde o seu país de origem ao país de chegada, analisando, em especial, as representações e mundividências culturais dos imigrantes.

Tomando como questão de fundo saber em que medida os imigrantes africanos negros estão e se sentem inseridos ou excluídos na região de acolhimento, os autores convocam para o debate alguns dos contributos mais relevantes nas ciências sociais sobre etnicidade e identidade étnica no contexto migratório. A identidade étnica não traduz uma realidade fixa e imutável mas é dinâmica e relacional e, como tal, é analisada no seu contexto espaço-temporal e social. Embora não possa ser reduzida à simples dimensão estratégica dos atores, ela tão pouco é uma entidade escondida por detrás dos acontecimentos mas algo que, não sendo independente das condições sociais e históricas, é também socialmente construída e negociada pelos diversos actores sociais em co-presença.

#### Abstract

This paper presents some results of a research project coordinated by the first author, and attended by two co-authors on interethnic relations in Braga district between local majority and ethnic minorities, of which we highlight African immigrants from the PALOP. In fact, after a brief sociodemographic characteristics of various African ethnic groups in Braga based on a survey and semi-structured interviews, this paper presents the analysis of this population from their country of origin to the country of arrival, studying in particular the representations and cultural worldviews of immigrants.

Taking as main question to what extent the black African immigrants are and feel integrated or separated in the host region, the authors aim to debate some of the most important contributions in the social sciences on the issues of ethnicity and ethnic identity in the migratory context. Ethnic identity does not represent a fixed and unchanging reality but is dynamic and relational and as such is analyzed in its spatio-temporal and social context. Although it can not be reduced to a simple strategic dimension of the actors, ethnicity cannot be hidden as an entity behind the events, rather as something that, being not independent of the social and historical conditions, it is also socially constructed and negotiated by the various social actors in co-presence.

Palavras-chave: Etnicidade; identidade étnica; discriminação racial; resistência; imigrantes africanos

Keywords: Ethnicity; ethnic identity; racial discrimination; resistance; african immigrants

[COM0593]



## 1. Introdução: o problema

A imigração africana em Braga data dos anos 80 do século XX e, como tal, apresenta características associadas a essa temporalidade, as quais são visíveis na estruturação social da etnicidade, na sua instrumentalização e nas modalidades de inserção socio-étnicas. Até que ponto os imigrantes africanos se sentem social, económica, política e culturalmente inseridos na sociedade de acolhimento? Será que os imigrantes de facto se inserem e se adaptam à sociedade de acolhimento? Que tipo de inserção alcançam e que factores intervêm nesse processo? Estas questões, levantadas por Rocha-Trindade (1995:102), remetem-nos para uma intrincada discussão entre vários autores que divergem no modo como “entendem que os forâneos imigrantes se devem inserir (ou não) na sociedade receptora, bem como no modo como são vistos, percebidos e reconhecidos (ou não) nos seus modos de vida e padrões culturais, enfim, nas suas identidades étnico-culturais” (Silva e Sobral, 2006: 498).

Tomando esta discussão como pano de fundo, os autores convocam para o debate alguns dos contributos mais relevantes nas ciências sociais sobre etnicidade e identidade étnica no contexto migratório, através da discussão de alguns resultados de um projeto de investigação coordenado pelo primeiro autor, no qual participaram as duas co-autoras, sobre relações interétnicas no distrito de Braga entre maioria autóctone e minorias étnicas, das quais se destacam imigrantes africanos dos PALOP.

## 2. Etnicidade e Identidade étnica: breve enquadramento

Tendo em vista a compreensão e a explicação dos comportamentos interétnicos, importa questionar a criação, apropriação e a utilização do conceito de etnicidade, definindo-o e reconstruindo-o sociologicamente. Para tal será necessário levar em consideração que a pertença a grupos étnicos dominados é associada ao que Myrdal (1944) designa como ‘suclasse étnica’, enquanto condição social e economicamente desprivilegiada e contribui para compreender e explicar comportamentos e valores contrastantes com a cultura dominante e, eventualmente, à mobilização para formas de acção socialmente disruptíveis (Machado, 1992). Estes factores, conjugados, são susceptíveis de contribuir a induzir mudanças nos processos de construção de identidades. A relevância que a pertença a determinado grupo étnico pode adquirir no plano das desigualdades sociais e das identidades culturais é sintetizado no conceito de etnicidade que Bell (1975) designa como “unidade macro-social da sociedade”, embora importe reter que a etnicidade implica várias dimensões e níveis de análise: (i) critérios para a construção de ‘etnias’; (ii) cultura e hábitos étnicos como dimensão ‘objetiva’ de comunidades étnicas; (iii) identidade étnica, enquanto dimensão subjetiva das comunidades étnicas (Bader, 2005, p. 17).

A etnicidade deve ser vista a partir da importância das filiações étnicas na co-estruturação identitária, mostrando o modo como a pertença a determinado grupo étnico condiciona as práticas e as representações dos seus membros, assim como as dos demais grupos que dele se distinguem ou demarcam, pela imbricação de dois processos que Pinto (1991, p. 218) designa (i) de *identificação* como processo pelo qual os actores sociais se integram em conjuntos mais vastos de pertença ou de referência; e (ii) de *identização*, enquanto processo através do qual os agentes tendem a autonomizar-se e diferenciar-se socialmente, fixando em relação aos outros, distâncias e fronteiras mais ou menos rígidas.

Assim, enquanto tendência positiva de identificação e inclusão no grupo, que pode ser utilizada como instrumento para ganhar espaço político e económico na sociedade de acolhimento, a etnicidade surge como uma marca de diferenciação colectiva. E, neste campo, as diferenciações raciais e étnicas apresentam-se como duas formas de distintividade endogrupal que, numa diferenciação simbólica, mostram que as diferenças percebidas são revestidas de valor conduzindo a uma diferenciação positiva do endogrupo, que eventualmente se considera superior, e a uma desvalorização e inferiorização do exogrupo. É neste jogo paradoxal do igual e do diferente que se funde o fulcro conceptual da identidade que surge, segundo Tajfel (1983) e Amâncio (1993, p. 292 ss) como um “epifenómeno” do conflito intergrupar, que assenta nos juízos

perceptivos que acentuam as diferenças e num processo cognitivo de categorização transmitido pela cultura e pelos valores do grupo de pertença. A atracção/repulsão entre grupos, na óptica de Rokeah (*in* Monteiro 1993, p. 317), desencadeia-se não tanto pela pertença a determinado grupo mas mais por causa da ameaça que a diferença constitui para o sistema de crença. Assim, explicar a escolha do alvo expiatório pelas variáveis de ordem histórica e cultural, como propõe Herowitz (*in* Monteiro, 1993: 314), embora relevante, não é suficiente para explicar os processos de identidade e identificação. Segundo Saint-Maurice (1997:23) é a “interface” entre *inside* e *outside* que, por um processo de comparação social, permite aos indivíduos encontrar semelhanças entre os membros do seu grupo e as diferenças entre o seu grupo e o outro. Tal como refere Silva (2014), as diferenciações raciais e culturais não são simples epifenómenos ideológicos, mas podem constituir-se como reais elementos de desigualdade racial e étnica, em que o chamado endogrupo ou grupo étnico dominante se considera superior e o exogrupo ou grupo étnico dominado é não só desvalorizado como inferiorizado.

A subestimação do grupo externo, bem como a discriminação de que é alvo, pode ser motivada pela luta dos membros do próprio grupo na procura de uma identidade social positiva, segundo Brown (*in* Amâncio 1993, p. 293), pelo “auto-favoritismo relativo”, sendo compreensível que aquilo que tem valor para um grupo seja positivo e que os valores diferentes e contrários iniciem a emergência da rejeição de acordo com as normas sociais dominantes (cf. Allport 1954; Monteiro, 1993, p. 311, Pettigrew & Meertens, 1995, Saint-Maurice, 1997, p. 23; Vala, 1999; Marques, 2000; Cabecinhas, 2007). Já Barth (1969) havia analisado, nos processos de pertença, organização e identificação e a correlativa dinâmica de demarcação e/ distinção em termos materiais, organizativos e simbólicos, as movimentações de fronteira entre os grupos, manifestamente na afirmação identitária de tipo étnico.

Neste processo de demarcação e comparação entre o endogrupo e o exogrupo emergem também e subsequentemente categorizações e classificações que, acompanhadas de significados e representações sobre o outro, tendem a ler a realidade ora no sentido da aproximação, ora no sentido do afastamento. Ou seja, tal como o analisou Simmel (1987) e o desenvolveram Elias e Scotson (1969), à medida que se destacam as semelhanças, o estranho ou forasteiro é integrado, do mesmo modo que, quando se realçam as diferenças, eventualmente de modo preconceituado ou enviesado, são alimentadas as tensões e, eventualmente, reforçados os conflitos.

O carácter múltiplo da identidade passa pela identificação de um conjunto de factores que influi na formação da consciência étnica que só tem pertinência por relação a um Outro que se apresenta estranho, segundo Simmel (1987), cujo sentido simbólico dessa identidade será definido pelo contexto e na forma social em que dois actores se situam um em relação ao outro.

A construção social da etnicidade, como vimos, será feita neste jogo entre heterodesignação, onde o actor étnico é definido pelo Outro dominante, e autodesignação, onde é fundamental a afirmação daquele a quem a identidade étnica diz respeito. Porém, esta pertença étnica, reivindicada ou atribuída, será um “rótulo de potência primordial” (Allport, 1954) ou uma dimensão relacional, mutável e instrumental, como referem Silva (2000, 2008) e Khan (2009)?

As teorias acerca da etnicidade mostram a sua fluidez e ambiguidade conceptual porque abarcam posições que oscilarão entre teorias de acentuação mais essencialista e instrumentalista e teorias de orientação mais dinâmica e relacional. Enquanto uns tendem a assumir uma posição estruturalista de cariz normativista numa orientação estruturo-funcional (Durkheim, 1977; Parsons, 1988), outros, numa perspectiva interaccionista, colocam a ênfase nos processos dinâmicos e relacionais, quer a nível grupal, quer a nível interindividual (cf. Goffman, 1988). Para uns e outros, embora com perspectivas diferentes, as identidades sociais emergem no processo de socialização e são subsidiários da cultura; porém, enquanto para os primeiros os papéis derivam da própria estrutura normativa, para os segundos tal ocorre num quadro relacional onde as interacções dos actores assumem uma importância acentuada na (re)construção dos papéis.

Outros autores, embora situando-se próximos das teorias accionalistas, tendem contudo a definir a etnicidade como um traço primordial, baseado nas solidariedades de sangue, língua, costumes, tradições e símbolos que se impõem a qualquer pessoa nascida no grupo (cf. Geertz, 1978). Ora esta perspectiva primordialista de etnicidade remete, em última instância, para uma visão reificante da identidade, esquecendo o carácter relacional e situacional. Contudo, segundo Wieviorka (1995, p. 128), a etnicidade é tão difusa quanto os grupos aos quais se aplica, grupos estes que vivem no seio da nossa sociedade e que são definidos não tanto pelos laços primordiais, mas mais por estratégias dos grupos e indivíduos na procura e obtenção de mais poder e prestígio. Neste sentido, etnicidade não seria a propriedade de um grupo, mas a dimensão de uma relação (cf. Weber, 1978, Rex 1988) e, se a diferença cultural dos dois grupos não é o aspecto crucial da etnicidade, isto equivale dizer que um grupo étnico não é um apenas uma categoria cultural e que a base étnica não se prende apenas com a cultura própria, mas sim com o reconhecimento como membro do grupo (Breton, s/d, p. 57).

Tendo em conta o carácter relacional da construção de identidades sociais, não se deve iludir em torno da identidade étnica a desigual possibilidade que têm os diferentes grupos étnicos em definir papéis em relação aos outros, um papel-identidade, na expressão de McCall (*in* Saint-Maurice, 1997, p. 25), que tende a alterar-se mediante as diversas situações em que se encontram os actores sociais. As identidades, no quadro das interações quotidianas, incorporam, portanto, logo à partida, dimensões da estrutura política e económica da sociedade (Bader, 2005, 2007; Silva, 2000). Ou seja, seguindo o modelo de Bader (2005, 2007) e partilhado por Silva (2008, 2014) a identidade étnica deverá ser reivindicada ou atribuída num quadro pluridimensional (socio-económico, político e cultural) e a diversos níveis: interactivo, organizacional e societal.

Assim, a etnicidade, sendo habitualmente definida como sistema cultural usado pelas pessoas no processo de inserção social, um sistema entendido como comunicação significativa da diferença, evidencia que os símbolos culturais estabelecem fronteiras entre as categorias étnicas, mas a compreensão e explicação da etnicidade implica envolver e perspectivar o lugar de cada grupo e indivíduo na estrutura social e na luta pelos recursos disponíveis. Dizer isto não significa que a dimensão cultural seja despicienda, pelo que aqui neste texto é revalorizada. Deste modo, da afirmação da dimensão simbólico cultural na co-estruturação da produção social da etnicidade, surge uma outra que se pode enunciar: de que modo a etnicidade surge como mais um princípio co-estruturador de diferenciação social e em que contexto?

As tensões entre inserção e exclusão, vivida por muitos grupos étnicos, encerram, como o referiram Seabra (1994), Vala e Khan (1999) e Silva & Silva (2002), as contradições da própria sociedade receptora, principalmente no que se refere às suas lógicas de hegemonia ou pluralidade cultural, o que provocará, do lado dos grupos étnicos minoritários, processos reactivos ou proactivos de afirmação identitária e ressurgimento étnico.

Conceber a sociedade apenas numa perspectiva estruturo-culturalista implica ignorar a interação entre os indivíduos e os grupos, as próprias relações e contactos entre eles, bem como a sua capacidade de pressionar e alterar essa hegemonia. Nas sociedades hodiernas tende a predominar um pluralismo mais ou menos generalizado, não existindo uma cultura mas várias culturas coexistentes entre si, sem ignorar que umas se têm sobreposto, em regra, a outras. Onde se formam sistemas sociais ou colectividades diferenciadas, aí se tendem a (re)produzir universos simbólicos específicos que comportam relações de dominação, também no campo étnico.

A multiculturalidade traz consigo uma “cultura emergente”, segundo Glazer & Moynihan (1975), na medida em que “cada grupo étnico-cultural, ao interagir com o outro, sofre uma alteração dos valores e normas originais, produzindo mudanças sociais e culturais na sociedade global” (Rocha-Trindade, 1995, p. 100). A reivindicação da identidade mediada pela cultura, mais do que uma tendência positiva de identificação e reconhecimento cognitivo e afectivo de pertença a um grupo, é também amiúde utilizada como instrumento para ganhar espaço político e económico na sociedade global (cf. Bader, 2005, 2007).

Neste sentido, a difícil capacidade de integração das sociedades actuais e a relativa perda de poder por parte do tradicional Estado-Nação, em termos infraestatais e sobretudo supraestatais (cf. Silva, 2006), propiciam então o reforço de identidades culturais sob a forma de identidades comunitárias, em que a etnia se revela o factor aglutinador de fortes identidades, mundividências e racionalidades locais, as quais, a par de relações de cooperação, não raro entram em conflito. O relacionamento entre os indivíduos e as suas alianças e conflitos resultam de diversos factores de desigualdade em que a raça e a etnia assumem um papel importante, ainda que variável por tipo de sociedade. A variabilidade prende-se ora aspectos positivos como o da inserção social e criação de laços colectivos, ora com aspectos negativos onde se evidenciem conflitos interétnicos e situações de injustiça, discriminação social e, eventualmente, racismo.

A par ou em articulação com outras formas de desigualdade (classe, género, idade), a etnicidade constitui um dos eixos de diferenciação social, clivagem cultural e política, dando lugar, não raro, à “etnicização” da exclusão social (cf. Glazer & Moynihan, 1975; Machado, 1992, p. 123 ss; Almeida et al, 1992; Fernandes 1995, p. 15 ss; Silva & Pinto 2004; Silva, 2008, 2014). Assim, no “jogo social”, o sentido prático da etnicidade variará em função da pertença a uma classe, do grau de organização e das crenças ou construções culturais, as relações e experiências históricas entre o país de origem e o país de acolhimento, ideológicas ou utópicas, do grupo, comportando formas de dominação ou emancipação e correlativas consequências sociais e económicas. Ao combinar o interesse com os laços afectivos, a etnicidade permite às filiações étnicas a vantagem de se poderem constituir, enquanto “unidades simbólico-expressivas e instrumentais” (Seabra, 1994:11). Mas de que modo se co-estrutura a relação entre a(s) cultura(s) de origem e a(s) cultura(s) da sociedade de acolhimento?

Embora vindo de uma perspectiva psicológica, será relevante trazer aqui à colação o modelo quadrimodal de Berry (1980) que *grosso modo* comunga dos pressupostos funcionalistas em torno da aculturação. Assim, ao procurar tipologizar as modalidades de gestão entre a cultura de origem do imigrante ou estrangeiro e a cultura de sociedade de receptora, Berry aponta quatro formas ou vias: a aculturação e a assimilação como formas de integração e, portanto, vistas como positivas, às quais se contrapõem a segregação e a marginalização, sendo estas duas últimas respostas negativas dos próprios actores sociais segregados ou marginalizados. Este modelo foi criticado, entre outros, por Vala e Khan (1999) e Silva (2008) pela forma acrítica como utiliza o conceito de aculturação e pelo enviesamento teórico que surge da análise das diferentes formas de relacionamento inter-grupal/ interétnico de onde exclui os constrangimentos de vária ordem, em especial, a questão do poder.

As diferentes propostas teórico-metodológicas não deixam, contudo, de exprimir a importância que a análise das estratégias encetadas pelos grupos étnicos na gestão das suas trajectórias entre a cultura de origem e o espaço da sociedade de acolhimento para o entendimento da produção social da etnicidade.

### **3. Imigrantes num novo espaço social: afirmação cultural das identidades**

Tendo por base os resultados de uma pesquisa realizada junto da população africana dos PALOP em Portugal, mais especificamente no distrito de Braga (cf. Silva e Sobral, 2006), pretendemos evidenciar algumas das manifestações em que a identidade etno-cultural dos imigrantes africanos inquiridos demonstra pontos de aproximação e convergência e/ou de afastamento/distanciamento com a cultura de acolhimento.

#### **3.1 Dificuldades e elementos de aproximação e distanciamento**

Com base quer nos resultados do inquérito quer sobretudo das entrevistas foi possível detectar sinais de distanciamento ou tensão, perante os quais os actores sociais tendem a preservar-se e a manter um sentido realista de adaptação ou acomodação instrumental, tal como se pode inferir deste testemunho:

“Para mim, o principal para a adaptação é o “saber estar”. Eu, por exemplo, consigo dar-me com todo o mundo, por isso sinto-me bem! Como se costuma dizer em Cabo-Verde: “conforme é a música, assim é a dança” (cabo-verdiano, homem, 39 anos, engenheiro civil).



Compreender as principais dificuldades sentidas pelos actores sociais no processo de adaptação e inserção na sociedade de acolhida pode ser um primeiro passo na explicação dos comportamentos interétnicos e da natureza das suas relações.

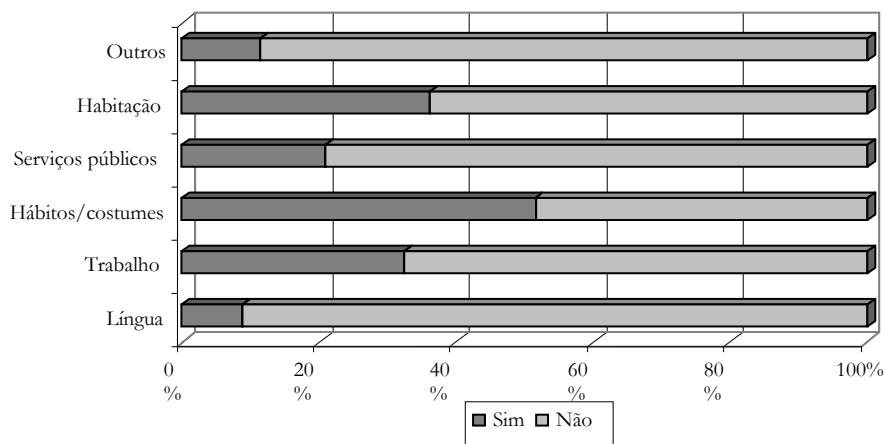


Figura 1 - Dificuldades encontradas no processo de adaptação. Fonte: Inquérito aos imigrantes africanos dos PALOP em Braga (IIAPB),2003

Da análise da Figura 1 constata-se que os inquiridos apontam três principais dificuldades no processo de adaptação: ao nível dos hábitos e costumes, com 50% das respostas; na habitação, para 38% dos inquiridos; e na esfera do trabalho, para 35%. A língua surgiu como um dos obstáculos menores, uma situação que se compreende quando verificamos que 64% dos inquiridos fala, em casa, a língua portuguesa, 28% duas línguas e apenas 8% a língua do país de origem (ver quadro 1).

	Angolana		Guineense		Moçambicana		Cabo-verdeana		S. Tomense		Outra		Total	
	nº	%	Nº	%	nº	%	nº	%	nº	%	nº	%	nº	%
<b>Portuguesa</b>	100	79	6	23	26	74	21	39	11	85	22	63	186	64
<b>País de origem</b>	2	2	5	19	0	0	14	26	0	0	2	6	23	8
<b>Portuguesa e país de origem</b>	24	19	15	58	9	26	19	35	2	15	11	31	80	28
<b>Total</b>	126	100	26	100	35	100	54	100	13	100	35	100	289	100

Quadro 1- Língua falada em casa por nacionalidade dos imigrantes. Fonte: IIAPB, 2003

Na primeira situação, destacam-se os santomenses (85%), os angolanos (79%) e os moçambicanos (74%). Nas duas últimas posições, são expressivamente os cabo-verdianos e os guineenses os grupos que mais se destacam. O facto de o português permanecer como língua oficial desses países não significa que o português seja a sua língua materna. Em alguns desses países, a primeira língua é africana ou o crioulo de base lexical portuguesa, que lhes possibilita formas de comunicação paralela e, em determinadas situações, constitui uma válvula de segurança e até de cumplicidades num meio culturalmente diferente.

O domínio da língua não deixa de ser percebido como um trunfo no processo de inserção social. A este respeito um dos entrevistados diz:

“... em todos, a língua foi o meu maior trunfo (...) eu acho que a língua foi o maior elemento de integração entre aspas, eu ponho sempre entre aspas, não chamo integração, chamo mais interacção: falar com as pessoas, perguntar às pessoas (santomense, 33 anos, sociólogo, bancário).

O não domínio da língua do país de acolhimento coloca o imigrante numa situação de duplo estatuto de dominado ou excluído, não apenas por ser etnicamente diferente, mas também por possuir instrumentos que não lhe permite minimizar a distância em relação à população autóctone. Se a língua não foi um obstáculo à integração e até se constituiu num recurso facilitador de alguma adaptação e mesmo de sentimento de partilha dum bem cultural básico, os hábitos e os costumes, as discriminações na habitação e no trabalho surgem, para os inquiridos, a pedra de toque na dificuldade de adaptação e inserção social. Por exemplo, a gastronomia, os ritos e festas, a música e dança, e religião são algumas das formas de tradução cultural e manifestação de sociabilidades comunais.

Ao chegar a Portugal, apontava um dos inquiridos, há uma necessidade de agrupamento, porque há a partilha comum de um país, de uma terra, de uma cor, de uma herança cultural muito própria. Há a comunhão de uma mesma forma de estar, de uma identidade cultural que exprimem por atitudes comportamentais, que são verdadeiros instrumentos de cultura, o “veículo utilizado para exprimir sentimentos de pertença a um conteúdo que nos é próximo”. (angolano, 47 anos, professor).

A comida que é confeccionada em casa, para uma maioria de 78%, é a do país de origem e portuguesa, seguido de comida portuguesa (14%) e, em último, a comida do país de origem (6%). Porém, é pertinente notar que, apesar de em casa fazerem a comida portuguesa, em alturas festivas, em reuniões familiares ou de convívio, o que predomina é a comida do país de origem.

Sem dúvida, as diferenças culturais entre os vários países africanos são enunciadoras de uma identidade cultural. Porém, mais importante do que entender identidades e práticas regionais, é entender aquilo que é vector de coesão ao nível das práticas e ao nível do simbólico, o desencadear de sentimentos de identidade e de identificação, dirimindo o estado de “orfandade”, expressão de um dos inquiridos, que a saída do seu país de origem lhes causou. Esta ideia é reiterada por uma das entrevistadas que, quando foi questionada sobre como é que se define, qual a identidade cultural, ela responde:

“Terrivelmente africana; sem dúvida. Aliás, aqui uma pessoa consegue assumir-se mais santomense, mais africana do que em São-Tomé. Porque aqui, nós sentimos necessidade de marcar, somos isso e não temos vergonha, temos orgulho de sermos aquilo que somos, ou talvez mesmo por isso, (...) temos a tendência de nos unirmos mais” (santomense, mulher, 21 anos, estudante)”

Relativamente às práticas religiosas, predomina claramente a religião católica sobre outras religiões, tal como podemos constatar no quadro 2.

	Angolana		Guineense		Moçambicana		Cabo-verdeana		S. Tomense		Outra		Total	
	nº	%	nº	%	nº	%	nº	%	nº	%	nº	%	nº	%
<b>Católica</b>	82	65	11	44	11	31	43	75	13	100	30	86	<b>190</b>	<b>65</b>
<b>Protestante</b>	13	10	0	0	12	34	0	0	0	0	2	6	<b>27</b>	<b>9</b>
<b>Islâmica</b>	0	0	2	8	0	0	0	0	0	0	0	0	<b>2</b>	<b>1</b>
<b>Budista</b>	0	0	1	4	0	0	0	0	0	0	0	0	<b>1</b>	<b>0</b>
<b>Outra</b>	1	1	3	12	4	11	0	0	0	0	0	0	<b>8</b>	<b>3</b>
<b>Neenhuma</b>	31	24	8	32	8	23	14	25	0	0	3	9	<b>64</b>	<b>22</b>
<b>Total</b>	<b>127</b>	<b>100</b>	<b>25</b>	<b>100</b>	<b>35</b>	<b>100</b>	<b>57</b>	<b>100</b>	<b>13</b>	<b>100</b>	<b>35</b>	<b>100</b>	<b>292</b>	<b>100</b>

Quadro 2 - Religião professada, por nacionalidade. Fonte: IIAPB, 2003

Relativamente à crença religiosa, 65% dos inquiridos declararam ser católicos, destacando-se aqui os santomenses e os cabo-verdeanos, e 22% responde não professar nenhuma religião. As restantes religiões apresentam valores pouco significativos, ainda que com alguma expressão quando analisados por nacionalidades. Por exemplo, dos 9% que respondeu ser protestante 34% é moçambicano e 10% angolano. A percentagem pouco expressiva de islâmicos (1%) é visível entre os guineenses.

A prática do culto não é muito assídua: 44% dos inquiridos praticam de vez em quando e 23% responderam que praticam ao domingo ou uma vez por semana. A visita a bruxas e a curandeiros não é de facto significativa, sendo praticada apenas por 9% da população inquirida. Seria interessante explorar os contornos deste fenómeno pelo facto de ainda ser uma prática visível em alguns contextos de origem.

### 3.2 Solidariedades intra-étnicas e desvantagem interétnica

A par das questões culturais, as solidariedades familiares e grupais e as redes interpessoais que suportam as estratégias migratórias são outra questão de grande interesse. Segundo foi possível apurar a partir das entrevistas, a solidificação dos mecanismos de solidariedade e dos laços de entreajuda são uma primeira fase indispensável, porque estas sociabilidades, no quadro dos processos de reprodução, sobrevivência e reciprocidade, permitirão estratégias de superação de dificuldades e eventual maximização das possibilidades de obtenção trabalho e de habitação no processo de inserção e adaptação.

De entre os tipos de sociabilidade existentes, além das já enunciadas, podemos relevar as relações de vizinhança e as amizades que se vão construindo no dia-a-dia, e relativamente a esta questão, os dados são interessantes. 92% afirma não ter problemas com os vizinhos. Esta percepção, contudo, pode estar relacionada com dois factores: o convívio e a relação distanciada com vizinhos não africanos. O primeiro prende-se com o facto de, a par das proximidades entre africanos e conterrâneos, se verificar distanciamento consciente dos membros das comunidades migrantes face à maioria branca. Vejamos o quadro 3:

	Angolana		Guineense		Moçambicana		Cabo-verdiana		Saotomense		Outra		Outra	
	nº	%	nº	%	nº	%	nº	%	nº	%	nº	%	nº	%
<b>Indivíduos portugueses</b>	22	17	2	7	7	19	8	14	3	23	13	37	55	19
<b>Outros imigrantes</b>	68	54	16	59	18	49	32	56	7	54	13	37	154	52
<b>Portugueses e imigrantes</b>	37	29	9	33	12	32	17	30	3	23	9	26	87	29
<b>Total</b>	127	100	27	100	37	100	57	100	13	100	35	100	296	100

Quadro 3 - Convívio com grupos por nacionalidades. Fonte: IIAPB, 2003

Para 52% dos inquiridos o convívio é feito com outros imigrantes, e aqui destacam-se os guineenses (59%) e os cabo-verdeanos (56%). 29% afirma relacionar-se com portugueses e imigrantes e 19% apenas com indivíduos portugueses, evidenciando-se aqui os grupos de moçambicanos e santomenenses.

Quanto ao segundo factor, os dados evidenciam que 62% dos inquiridos indicam que não têm contacto com os vizinhos.

“O que eu achei mais complicado foi lidar com as pessoas, porque eu cumprimentava sempre com um bom dia, por exemplo, e ninguém me dava resposta. Eu ficava mesmo chateada! (guineense, mulher, 41 anos, cabeleireira).

“eles não me chateiam para não haver problemas, é essa a relação que eu tenho com eles (...) para evitar problemas, para evitar confusão, para ficar na minha, convivemos, damo-nos bem.” (moçambicano, homem, 24 anos, estudante)

Torna-se clara a utilização de uma certa estratégia de acomodação e evitamento que possa contornar situações de conflito e confronto, ainda que não deixem de transparecer “incómodos” latentes, especificamente nas relações interétnicas.

Quando são invocados motivos justificativos dos problemas com os vizinhos, 79% dos inquiridos aponta motivos racistas, como expõe uma das inquiridas:

“Tínhamos um vizinho (...) que dizia que ouvia barulho da nossa casa, é incrível podia ser barulho exterior, mas ele dizia que era da nossa casa, e sempre, pra aí à meia-noite, ele tocava a campainha porque estávamos a fazer barulho; é que ele chegou quase a bater-me na escada (...) só porque eu respondi, porque ele disse “*vocês pretos só vêm pra’qui fazer confusão, vocês deviam voltar para a vossa terra*”, e eu respondi “*então que tirem todos os portugueses d’África*”. (...) Eu tive que avisar o senhorio, é que era mesmo implicância” (santomense, mulher, 21 anos, estudante)

Este dado pode ser lido junto de outros que nos dão conta que, à excepção de uma minoria de 2% para os quais os portugueses “não discriminam nem são racistas”, 54% dos inquiridos afirmam que “só alguns portugueses são racistas”, 30% indicam que “os portugueses são na sua maioria racistas” e para 14% os “portugueses são todos racistas”. Esta percepção do acolhimento dos portugueses deve-nos fazer repensar a ideia dos “brandos costumes” que durante décadas foi veiculada sobre a sociedade portuguesa. Não falamos em lógicas de hostilização ou tolerância explícita, mas de relações que não deixam de estar marcadas por formas de racismo subtil. Assim, 55% aludem razões culturais e 34% falta de compreensão: “*Para mim o maior entrave é a questão cultural, a questão é a falta da compreensão, a estranheza*” (angolano, homem, 29 anos, estudante universitário).

As percepções e representações dos inquiridos não estão desligadas das condições objectivas de vida, sendo de relevar, antes de mais, os salários e condições de habitação. Tal como já avançara Rex (1988), o estatuto social, quando elevado, tende a esbater a característica fenotípica, o que nos pode levar a concluir que à medida que o imigrante avança na escala de posição social torna-se menos ‘étnico’ e, portanto, menos desvalorizado ou discriminado.

Salvo uma minoria que detinha um estatuto social elevado, a grande maioria pertencia a classes com poucos recursos. Tomando em conta a condição profissional, esta é de facto uma variável indiciadora da posição social dos indivíduos inquiridos. Assim, para além de 20% de estudantes, 39% eram operários fabris, da construção civil ou artesãos, 12% eram empregados no sector terciário, 14% trabalhador qualificado, podendo-se inferir-se que a grande maioria detém lugares assalariados e subordinados. E, em termos salariais, a grande maioria recebe salários bastantes baixos, tal como se pode inferir da Figura 2:

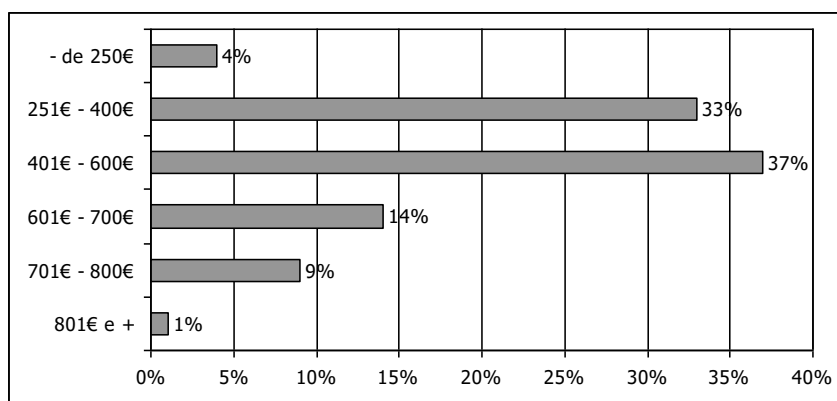


Figura 2 - Salário médio mensal. Fonte: IIAPB, 2003

Analisando a Figura 2, ressaltam, em primeiro lugar, como traço dominante, os baixos salários: 37% situavam-se entre 401 a 600 euros e 33% entre 251 e 400 euros, a que acrescia como mais grave a situação dos 4% que se encontravam abaixo dos 250 euros. Apenas 14% ganhavam entre 601 a 700 euros, uma menor fatia de 9% entre 701 a 800 euros e 1% com mais de 800 euros. Tendo em conta que este inquérito teve lugar em 2003, 76% dos inquiridos recebiam apenas um salário abaixo do salário médio, dos quais 37% abaixo do salário mínimo, uma percentagem bem superior à média dos trabalhadores portugueses autóctones. A par do factor pertença de classe, para esta elevada e discrepante percentagem de trabalhadores com baixíssimos salários não serão alheios processos de discriminação salarial também em função da origem étnico-racial, de género ou simplesmente migratória. Além disso, salvo uma minoria de 22% de inquiridos que tinham contato efectivo de trabalho, a grande maioria dos trabalhadores imigrantes africanos não tinha contrato (27%) ou tinha contratos a prazo ou trabalhava a recibos verdes (40%).

Relativamente às condições de habitação, a grande maioria considerava possuir as condições básicas de habitabilidade, afirmando 48% ter condições muito satisfatórias, 30% satisfatórias, 20% razoáveis e 2% insatisfatórias. Porém, o mais chocante a salientar nesta questão da habitação era o facto de uma parte considerável dos senhorios se recusar ou alegar estar já arrendada a casa ou o quarto quando se defrontava com o potencial inquilino negro.

Importa referir que em Braga os diversos grupos minoritários dos PALOP constituíam grupos informais de convívio intraétnico no seio de cada comunidade ou, quando muito, comunidades africanas, mas não grupos políticos reivindicativos.

#### **4. Notas finais**

Como foi possível verificar, nas relações interétnicas entre portugueses e imigrantes africanos, se a língua não constituiu um obstáculo à sociabilidade, já os costumes, os hábitos e tradições, a fraca densidade na sociabilidade e sobretudo práticas e atitudes de discriminação constituem ainda óbices a um processo de democratização multicultural e enriquecimento intercultural.

Apesar de terem sido apontadas algumas diferenças significativas entre imigrantes e autóctones, podemos encontrar, também, continuidades em termos de condição social desfavorecida, como já apontava Machado (1992) no seu estudo sobre etnicidade em Portugal: salários abaixo da média, precariedade de trabalho, práticas de exclusão habitacional, entre outros. Porém, tais dados são relevantes para compreender e explicar as atitudes e representações interétnicas e, sobretudo, as percepções de discriminação que estes imigrantes vivenciam nos contextos laborais, residenciais, no contacto com as instituições sociais e nas práticas do dia-a-dia. Aliás, de forma mais ou menos explícita, os inquiridos vão demonstrando ter consciência das diferenciações sócio-económicas, das dificuldades na adopção de certos hábitos e costumes, na experiência de situações de indiferença e no preconceito por parte do exogrupo maioritário, estabelecido.

Vimos que as heranças culturais herdadas pela comunidade africana surgem como formas de revalorização cultural e afirmação da sua singularidade, em relação à sociedade de acolhimento, expressa pela reivindicação coletiva da sua distintividade, através da língua, da gastronomia, da dança ou do convívio mais direccionado para o *ingroup*. Contudo, se ao nível simbólico e cultural os imigrantes africanos salientam as suas identidades étnicas, em termos da composição social e actividade profissional, evidenciam pertencas de classe desprovidas de recursos, baixos salários e dificuldades de acesso ou mesmo discriminação no acesso a habitação digna. Por fim, o facto de o grau e formas de organização serem iniciais ou débeis não lhes permite uma eficácia na sua interacção com os demais grupos e entidades nomeadamente na esfera pública e política. Neste contexto acabam por ser compreensíveis as atitudes de preservação dos seus traços identitários como formas estratégicas de resistência e acomodação instrumental.

## Referências

- Allport, G.W. (1954). *The Nature of Prejudice*. Cambridge, MA: Addison Wesley.
- Almeida, João Ferreira de; Capucha, Luís; Costa, António Firmino; Machado, Fernando Luís Nicolau, Isabel & Reis, Elizabeth (1992). *Exclusão social. Factores e tipos de pobreza em Portugal*, Oeiras: Celta Editora.
- Amâncio, Lúgia (1993). “Identidade social e relações intergrupais”. In J. Vala & M.B. Monteiro (Orgs), *Psicologia Social* (pp.287-307). Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian
- Bader, Veit [2005(1993)]. Etnicidade e classe social: por um mapeamento pro-teórico. *Configurações*, 1, 7-32.
- Bader, Veit [2007(1995)]. *Racismo, etnicidade, cidadania. Reflexões sociológicas e filosóficas*. Porto: Afrontamento.
- Barth, Frederic (1969). *Ethnic Groups and Boundaries*. Londres: Allen & Unwin.
- Bell, Daniel (1975). “Ethnicity and Social Change”. In N. Glazer & D.P. Moynihan (Orgs), *Ethnicity: Theory and experience* (pp. 141-174). England: Harvard University Press.
- Berry, W.J. (1980). “Acculturation as varieties of adaptation”. In A. Padilla (Org), *Acculturation: Theory, Models and Some New Findings* (pp. 9-25). Boulder: CO: Westview.
- Breton, Roland (s/d). *As etnias*. Porto: Rés Editora.
- Cabecinhas, Rosa (2007). *Preto e Branco. A naturalização da discriminação racial*. Porto: Campo de Letras.
- Durkheim, Emile [1977(1893)]. *A divisão social do trabalho*. Lisboa: Presença.
- Elias, Norbert & Scotson, John L. [1969(1963)], *The Established and the Outsiders. A Sociological Enquiry into Community Problems*. Londres: F. Cass.
- Fernandes, António Teixeira (1995). Etnicização e racização no processo de exclusão social, *Sociologia*, vol. V, 7-69.
- Geertz, Clifford (1978). *A Interpretação das Culturas*. Rio de Janeiro: Zahar editores.
- Glazer, Nathan & Moynihan, Daniel P. (1975). *Ethnicity: Theory and experience*. England: Harvard University Press.
- Goffman, Erving [1988(1963)]. *Estigma. Notas sobre a manipulação da identidade deteriorada*. Rio de Janeiro: Guanabara.
- Khan, Sheila (2009). *Imigrantes Africanos Moçambicanos. Narrativa de Imigração e de Identidade e Estratégias de Aculturação em Portugal e na Inglaterra*. Lisboa: Editora Colibri.
- Machado, Fernando Luís (1992). Etnicidade em Portugal: contrastes e polarização, *Sociologia - Problemas e Práticas*, 12, 123-136.
- Marques, João Filipe (2000). O neoracismo europeu e as responsabilidades da Antropologia, *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 56, 35-60.
- Monteiro, Maria Benedicta (1993). “Conflito e cooperação nas relações intergrupais”. In Jorge Vala & M.B. Monteiro (Orgs), *Psicologia Social* (pp. 309-352). Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian .
- Myrdal, Gunnar (1944), *An American Dilema. The Negro Problem and Modern Democracy*, Nova Iorque: Harpe rand Row.
- Parsons, Talcott [1988(1951)]. *El sistema social*. Madrid: Alianza Editorial.

- Petrigrew, Thomas & Meertens, Roel W. (1995). Subtle and blatant prejudice in Western Europe, *European Journal of Social Psychology*, 25, 57-75.
- Pinto, José Madureira (1991) Considerações sobre a produção social de Identidade, *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 32, 217-231.
- Rex, John (1988). *Raça e Etnia*. Lisboa: Editorial Estampa.
- Rocha-Trindade, Maria Beatriz *et al.* (1995). *Sociologia das Migrações*. Lisboa: Universidade Aberta.
- Saint-Maurice, Ana de (1997). *Identidades reconstruídas: Cabo-verdianos em Portugal*. Oeiras: Celta Editora.
- Seabra, Teresa (1994). *Estratégias familiares de socialização das crianças: etnicidade e classes sociais*. Lisboa: Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa (dissertação de mestrado em Sociologia).
- Silva, Manuel Carlos (2000). Racismo e conflitos interétnicos: elementos para uma investigação, *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 54, 41-63.
- Silva, Manuel Carlos (2006). “Entre o infraestatal e o supraestatal: o Estado-Nação e a democracia em perda”. In M. C. Silva (Org.), *Nação e Estado: entre o global e o local* (pp. 125-149), Porto: Afrontamento.
- Silva, Manuel Carlos (2008). Imigrantes africanos no Noroeste de Portugal: relações interétnicas de acomodação e resistência, *Travessias*, 9, 61-93.
- Silva, Manuel Carlos & Pinto, Maria Goretti (2004), Conflitos interétnicos latentes: um estudo de caso no concelho de Barcelos, *Cadernos do Noroeste*, série Sociologia, Sociedade e Cultura, vol XXII (1-2), 6, 97-112.
- Silva, Manuel Carlos & Sobral, José Manuel (2006). *Relações interétnicas: portuguesas, ciganos-portuguesas e imigrantes dos PALOP: um estudo de caso no distrito de Braga*. Braga: Universidade do Minho.
- Silva, Manuel Carlos & Silva, Susana (2002). Práticas e representações sociais face aos ciganos. O caso de Oleiros, Vila Verde. *Antropológicas*, 6, 57-86. Porto: Universidade Fernando Pessoa.
- Silva, Manuel Carlos (2014), “Etnicidade Racismo: uma reflexão pró-teórica”. In M.C. Silva & J.M. Sobral (orgs), *Etnicidade, Nacionalismo e Racismo. Migrações, minorias étnicas e contextos escolares* (pp. 21-75), Porto: Afrontamento
- Simmel, Georg (1987). “A metrópole e a vida mental”. In O. G. Velho (Org), *O fenómeno urbano* (pp. 11-25). Rio de Janeiro: Guanabara.
- Tajfel, Henri (1983). *Grupos humanos e categorias sociais*. Lisboa: Livros Horizonte.
- Vala, Jorge *et al.* (Orgs) (1999). *Novos racismos: Perspectivas Comparativas*. Oeiras: Celta.
- Vala, Jorge e Khan, Sheila (1999), “Traços Negros: Aculturação e identidades de jovens de origem africana”. In J. M. Pais (coord.), *Traços e Riscos de Vida* (pp.146-168). Porto: Editora Ambar.
- Weber, Max [1978(1920)]. *Economy and Society*. Editado por G. Roth & C. Wittich, Berkeley e Londres: University of California Press.
- Wieviorka, Michel (1995). *A democracia à prova: nacionalismo, populismo e etnicidade*. Lisboa: Instituto Piaget.